



ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

**CONTRATO Nº 032/2016, QUE CELEBRAM A PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA E A EMPRESA A. CANTANHEDE SERVIÇOS DE REFRIGERAÇÃO E AR CONDICIONADO, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE ARES-CONDICIONADOS NOS MUNICÍPIOS LOCALIZADOS NO INTERIOR DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA ABAIXO:**

A PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO, com sede nesta cidade, à Avenida Prof. Carlos Cunha, nº. 3261, Calhau, inscrita no CNPJ sob o nº 05.483.912/0001-85, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu **Diretor-Geral, Dr. EMMANUEL JOSÉ PERES NETTO GUTERRES SOARES**, brasileiro, Promotor de Justiça, residente e domiciliado nesta Capital, inscrito no RG nº 1303890 SSP/MA e no CPF nº 437.756.163-49, e a empresa **A. CANTANHEDE PIRES - ME**, inscrita no CNPJ nº 15.642.391/0001-15, doravante denominada **CONTRATADA**, com sede na Av. Camboa parte 1, nº 34, Bairro Camboa, São Luís-MA, neste ato representada legalmente por **ALEKSANDRO CANTANHEDE PIRES**, inscrito no CPF nº 647.814.613-87 e RG nº 530174960 – SSP/MA, tendo em vista o que consta do **Processo Administrativo nº 690AD/2016**, que fundamentou a licitação na modalidade **Pregão nº 15/2016**, realizado na forma eletrônica, em observância ao disposto na Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/02, Decreto nº 5.450/05, Portaria nº 1.901/05 – GPGJ, têm entre si justo e contratado o que segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente Contrato tem por objeto a **prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças, em ares-condicionados tipo ACJ e SPLIT nas Promotorias de Justiça localizadas nos municípios do interior do Estado do Maranhão** (Anexo I), em conformidade com as especificações, quantitativos (Anexo II) e regramento fixados no Termo de Referência, anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 015/2016, consoante a proposta vencedora, partes integrantes do presente instrumento independente de transcrição.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS**

1. O contrato terá **vigência de 12 (doze) meses, a contar de 15/09/2016**, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações subsequentes, desde que sejam preenchidos os requisitos abaixo enumerados de forma simultânea, e autorizado formalmente pela autoridade competente:

- 1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;
  - 1.2. Não aplicação de punições de natureza pecuniária por três vezes ou mais, exceto quanto a penalidades aplicadas por atraso na entrega da garantia;
  - 1.3. A Administração mantenha interesse na realização do serviço;
  - 1.4. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração; e
  - 1.5. A contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação.
2. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.





ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante a celebração de termo aditivo.
4. **O prazo de garantia dos serviços será de 12 (doze) meses, contados do seu término e o prazo para os materiais/peças utilizadas será o prazo de garantia dado pela fabricante;**
5. Os serviços iniciar-se-ão no **primeiro dia útil**, a contar da data do recebimento da Ordem de Serviços pela Contratada, a qual será emitida pela PGJ-MA em até 03 (três) dias após a assinatura do contrato.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO**

1. Pela prestação dos serviços objeto deste instrumento, a Contratante pagará à Contratada o **valor global anual de R\$ 850.000,00 (oitocentos e cinquenta mil reais)**; sendo o **montante mensal** fixado em **R\$ 70.833,33 (setenta mil, oitocentos e trinta e três reais e trinta e três centavos)**, ocorrendo a despesa a cargo da Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão.
2. O pagamento dar-se-á através de Ordem Bancária, **não podendo ser superior a 30 (trinta) dias** após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo setor competente da Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão.
- 2.1 A nota fiscal/fatura deverá ser apresentada pela Contratada ao responsável pelo recebimento do bem ou serviço, acompanhada dos relatórios de manutenções atestados pelo executor dos serviços, onde deverá constar, inclusive, a relação de peças trocadas e análises realizadas, se houver, aprovadas pelo Fiscal do Contrato.
3. Como condição para a efetivação do referido pagamento, a Contratada deverá apresentar junto com a Nota Fiscal, as Certidões Negativas do INSS, FGTS - CRF, Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou da sede da Contratada, do Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica (DANFE) e da comprovação de inexistência de débitos inadimplentes com a Justiça do Trabalho, conforme o disposto no inciso V do art. 29 da Lei nº 8.666/93.
- 3.1 As Certidões Negativas do INSS, FGTS - CRF, Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da Contratada poderão ser substituídos, total ou parcialmente, por extrato válido e atualizado do SICAF;
4. A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo de 5 (cinco) dias, contado da data final do período de adimplemento da parcela da contratação a que aquela se referir.
5. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados e aos materiais empregados.
6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 6.1. A nota fiscal/fatura que contiver erro será devolvida à CONTRATADA para retificação e reapresentação, iniciando a contagem dos prazos fixados para o atesto a partir do recebimento da nota fiscal/Fatura corrigida;
7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
8. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 8.1 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.





ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

9. Compete ao agente fiscalizador do contrato se certificar que todos os documentos exigidos com a apresentação da nota fiscal/fatura ou recibo equivalente foram encaminhados pela CONTRATADA, antes de encaminhá-los ao setor responsável pelo pagamento.

10. Nos termos do artigo 36, § 6º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

10.1. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

10.2. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

11. Compete ao agente fiscalizador do contrato se certificar que as medições foram realizadas e todos os documentos exigidos com a apresentação da nota fiscal/fatura ou recibo equivalente foram encaminhados pela CONTRATADA, antes de encaminhá-los ao setor responsável pelo pagamento.

12. Encontrando-se a CONTRATADA em irregularidade fiscal, poderá ser concedido, a critério da CONTRATANTE, um prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável a critério da Administração por uma única vez, para que a mesma regularize a sua situação, sob pena de, não o fazendo, ter rescindido o Contrato com aplicação das sanções cabíveis;

13. Eventual situação de irregularidade fiscal da contratada não impede o pagamento, se o serviço tiver sido prestado e atestado. Tal hipótese ensejará, entretanto, a adoção das providências tendentes ao sancionamento da empresa e rescisão contratual;

14. Qualquer atraso ocorrido na apresentação da fatura ou nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para o pagamento por parte da CONTRATADA importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação da CONTRATANTE;

15. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples calculados pela seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos moratórios devidos;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = prestação em atraso.

TX = Percentual da taxa anual

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)$$

$$I = (6/100)/365 = 0,00016438$$

$$TX = 6\%.$$

16. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação de obrigação que lhe tiver sido imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito ao reajustamento de preços ou correção monetária, quando for o caso.

**CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

1. Os recursos reservados para pagamento da despesa relativa à execução deste Contrato serão provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Natureza da Despesa: **3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica**





ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Grupo de Despesas: 3.3.90 – Outras Despesas Correntes

Plano Interno: CAMPE – Coordenação das Ações Essenciais à Justiça.

Nota de Empenho nº. 2016NE01611, datado de 12/09/2016.

2. A despesa para os exercícios subsequentes, quando for o caso, será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada à Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão, pela Lei Orçamentária Anual.

**CLÁUSULA QUINTA – DOS SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS**

1. Os serviços serão executados de forma continuada, envolvendo a manutenção preventiva e corretiva, com substituição de peças.

1.1. **Entende-se por manutenção preventiva** aquela destinada a prevenir a ocorrência de quebras e defeitos nas instalações do Sistema de Climatização, mantendo-as em perfeito estado de funcionamento e conservação, conforme especificado em projeto, manuais e normas técnicas específicas.

1.2. **Entende-se por manutenção corretiva** aquela destinada a substituir partes e peças, recompor, reparar e corrigir quebras e defeitos apresentados nas instalações do Sistema de Climatização e nos aparelhos, mantendo-os em perfeito funcionamento.

**2. Da Manutenção Preventiva**

2.1. A manutenção preventiva das instalações tem por objetivo antecipar-se, por meio de ensaios e rotinas, ao aparecimento de defeitos causados pelo uso normal e rotineiro dos equipamentos e instalações ou desuso.

2.2. Os serviços de manutenção preventiva compreendem os serviços de manutenção preventiva programada que estabelece procedimentos a serem adotados dentro de determinadas periodicidades, mensal, trimestral, semestral e anual, devendo os itens especificados em cada período, serem executados em sua totalidade de acordo com o Cronograma. É a verificação do estado geral dos aparelhos e eventual troca de peças.

**2.3. Rotinas de Manutenção – SPLITS e ACJ's**

Rotina Mensal

Verificar instalações elétricas

Verificar o estado de limpeza dos filtros de ar, providenciando sua limpeza quando necessário;

Verificar os fechos das tampas e painéis, completando o que faltar;

Verificar e corrigir ruídos e vibrações anormais.

Limpeza externa dos condicionadores;

Limpeza dos Painéis frontais;

Medir Tensão e Corrente de funcionamento e comparar com a nominal.

Verificar os fechos das tampas e parafusos dos painéis.

Verificar aperto de todos os terminais elétricos das unidades, evitar possíveis maus contatos.

Verificar obstrução de sujeira e aletas amassadas.





ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Verificar possíveis entupimentos ou amassamentos na mangueira do dreno.

Verificar e completar se necessário, o nível de óleo dos compressores.

Medir pressão do gás;

Medir diferencial de temperatura.

Verificar operação do sensor de temperatura.

Verificar folga do eixo dos motores elétricos.

Inspecionar os quadros elétricos;

Verificar posicionamento, fixação e balanceamento da hélice ou turbina.

Verificar aquecimento dos contatos e chaves;

Verificar o nível de ruído dos equipamentos, principalmente dos rolamentos.

Efetuar os serviços de manutenção preventiva nos equipamentos, procedendo a inspeção, testes de componentes, lubrificação, regulagens e reparos, com o fim de proporcionar o funcionamento eficaz, seguro e econômico;

Efetuar manutenção corretiva substituindo ou reparando, segundo critérios recomendados pela fabricante, os componentes que possam vir a dar defeitos ou estejam com vida útil comprometida.

Rotina trimestral

Rotina mensal.

Verificação de temperatura de entrada e saída do ar das serpentinas: condensadora e evaporadoras.

Medir as pressões de equilíbrio.

Medir as pressões de funcionamento.

Inspecionar e testar instrumento de segurança e controle.

Medir vazão de ar de insuflamento e retorno.

Medir tensão com rotor travado e observar queda de tensão até que o protetor desligue.

Rotina semestral

Rotina Mensal;

Rotina Trimestral;

Eliminação dos focos de ferrugens e aplicação de tinta anticorrosiva;





ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Medir resistência elétrica dos compressores e motores elétricos;

Substituir filtros de ar; quando necessário

Fazer limpeza das unidades evaporadoras e condensadoras, do chassi e gabinete, eliminando pontos de ferrugens, se necessário e quando for o caso;

Inspeção geral na instalação do equipamento, curto circuito de ar, distribuição de insuflamento nas unidades, bloqueamento na entrada e saída de ar do condensador, unidade condensadora exposta à carga térmica.

Rotina anual

Rotina mensal;

Rotina trimestral;

Rotina semestral;

Recuperar os revestimentos protetores internos, bem como pintar o equipamento;

Recuperar isolamento interno dos equipamentos;

Teste geral em todos os componentes dos equipamentos.

### 3. Da Manutenção Corretiva

3.1. Os serviços de manutenção corretiva visam colocar em funcionamento o equipamento paralisado ou irregular, em condições normais de operação, quando da ocorrência de eventuais falhas nos aparelhos de refrigeração (defeitos ou quebras). Os serviços abrangerão as intervenções de técnicos para recuperação do sistema, efetuados com a substituição de partes, peças ou componentes avariados, ajustando, limpando e testando o funcionamento dos equipamentos;

3.2. Os serviços de manutenção corretiva, quando necessários, serão solicitados pela CONTRATANTE e será precedido de relatório técnico circunstanciado que deverá ser preparado pela CONTRATADA, de forma detalhada, abrangendo a(s) marca(s)/modelo(s) e número do(s) tombamento(s) patrimonial(is) do(s) equipamento(s) a ser(em) consertado(s), e também, constar nome da(s) peça(s), (quantidade, marca, referência, modelo etc), a ser(em) substituída(s);

3.3. Os serviços serão executados no local onde o(s) equipamento(s) encontra(m-se) instalado(s), exceto nos casos em que, em razão da natureza do defeito apresentado, haja necessidade de deslocá-lo(s) até a oficina da CONTRATADA, quando será necessária a autorização da CONTRATANTE, sem que o deslocamento incorra em qualquer ônus para a Procuradoria-Geral de Justiça;

3.4. A empresa contratada deverá disponibilizar para a fiscalização da PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, números de telefones para contato, em situações normais e de urgência. **O prazo máximo para o atendimento de urgência deverá ser de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da comunicação da CONTRATANTE.** Fica explicitado nesta, que qualquer ocorrência no aparelho de ar-condicionado que afete total ou parcialmente o seu perfeito funcionamento, caracteriza uma situação de emergência e que a Contratante poderá a qualquer hora solicitar tal atendimento. A conclusão dos serviços ficará condicionada à sua extensão, não podendo ultrapassar o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, salvo anuência por escrito do contratante.





ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

3.5. Quaisquer serviços de mão de obra para substituição ou instalação de equipamentos que se fizerem necessários ficarão a cargo da contratada, e os materiais a serem empregados na execução de tais serviços também.

3.6. As peças, compressores e filtros, substituídos, deverão ser entregues à CONTRATANTE, após o conserto dos equipamentos.

**CLÁUSULA SEXTA - DOS MATERIAIS, PEÇAS E EQUIPAMENTOS DE MANUTENÇÃO DO AR CONDICIONADO**

1. A CONTRATADA fornecerá os equipamentos, ferramentas, aparelhos de medições e testes, bem como seu transporte e tudo o mais que for necessário para disponibilizá-los, a fim de assegurar a prestação dos serviços de manutenção ora contratados, devendo, obrigatoriamente, a CONTRATADA incluir no preço dos serviços os correspondentes custos.

2. A estocagem de equipamento e material da CONTRATADA nas dependências da CONTRATANTE será permitida somente pelo tempo que durar o serviço executado. Tão logo este seja concluído, a CONTRATADA deverá providenciar, às suas expensas, a retirada dos remanescentes.

3. Os equipamentos que a CONTRATADA levar para a PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, ou as instalações por ela executadas e destinadas ao desenvolvimento de seus trabalhos, só poderão ser retirados com autorização formal da FISCALIZAÇÃO.

4. As vias de acesso internas e externas não poderão ser bloqueadas por equipamentos, materiais, instalações ou assemelhados da CONTRATADA de forma a não prejudicar o desenvolvimento dos serviços de outros contratados que acaso poderão trabalhar concomitantemente.

5. Se a CONTRATADA necessitar deslocar para CONTRATANTE qualquer equipamento, completo ou em partes, que possa acarretar danos nas vias públicas e/ou pontes, deverá comunicar o fato à FISCALIZAÇÃO, informando-a também das providências que pretende adotar para a proteção e o eventual reforço das obras viárias existentes, ficando a CONTRATADA responsável pela efetivação de todas as providências necessárias junto a órgãos públicos federais, estaduais e municipais, a entidades privadas e a pessoas físicas envolvidas.

6. Todo o transporte vertical e horizontal de equipamentos e materiais ficará a cargo da CONTRATADA.

7. Representa ônus da CONTRATADA a disponibilização, livre de qualquer pagamento adicional, de todo MATERIAL DE CONSUMO E LIMPEZA destinado a viabilizar os trabalhos dos profissionais envolvidos na execução do objeto contratual, bem como imprescindíveis à execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de ar-condicionados, tais como álcool, água destilada, óleos lubrificantes, detergentes, sabões, vaselina, estopas, panos, Bombril, utensílios e produtos químicos de limpeza, graxas e desengraxantes, desincrustantes, produtos antiferrugem, WD40, solventes, materiais de escritório, fitas isolantes, fitas teflon veda rosca, colas e adesivos para tubos de PVC, epóxi, colas Araldite e Super Bonder, Durepoxi, pilhas para lanterna e buchas de nylon, lixas, escovas de aço e nylon, massa de vedação, material de soldagem, brocas, oxigênio, nitrogênio, acetileno e outros similares. Desse modo, a CONTRATADA deverá incluir no preço dos serviços os correspondentes custos.

8. A CONTRATADA, durante a execução contratual, **também deverá fornecer, sem fazer jus a pagamento adicional**, o seguinte MATERIAL DE REPOSIÇÃO: compressores, fusíveis, relés de proteção, capacitores, parafusos, rolamentos, terminais elétricos, cabos elétricos, disjuntores, fluidos e gás refrigerantes, filtros e circuitos de controle de temperatura e pilhas, enfim, TODAS AS PEÇAS DE REPOSIÇÃO. Desse modo, a CONTRATADA deverá considerar, na sua proposta de preço, os correspondentes custos.

9. MATERIAL DE REPOSIÇÃO, no caso das presentes especificações, compreende peças,





ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

componentes e materiais para o conserto, recomposição e readequação dos equipamentos e instalações do ar-condicionado.

10. Os custos com a instalação de materiais deverão correr por conta da CONTRATADA, não podendo cobrar "serviços extras" e/ou alterar a composição dos preços unitários.

11. Todos os MATERIAIS DE REPOSIÇÃO a serem empregados nos serviços deverão ser novos, do mesmo fabricante dos originais, e compatíveis com as especificações técnicas, sujeitos ao exame e à aprovação da FISCALIZAÇÃO.

12. Se julgar necessário, a FISCALIZAÇÃO poderá solicitar à CONTRATADA a apresentação de informações, por escrito, do local de origem dos MATERIAIS DE REPOSIÇÃO ou de certificado de ensaios que comprovem a qualidade destes. Os ensaios e as verificações que se fizerem necessários serão providenciados pela CONTRATADA, representando ônus de sua exclusiva responsabilidade, não sendo, por consequência, objeto de pagamento adicional por parte da CONTRATANTE.

13. As peças, componentes e materiais substituídos são de propriedade da CONTRATANTE, devendo, por ocasião do término dos respectivos trabalhos, serem entregues pela CONTRATADA à FISCALIZAÇÃO.

15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos no trabalho noturno, perigoso e insalubre.

16. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

17. À Contratada é vedado transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato, ficando obrigada perante a PGJ/MA, pelo exato cumprimento das obrigações contratuais.

18. Manter sede, filial ou escritório em São Luís/MA com capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da Administração, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos funcionários.

19. A CONTRATADA deverá comprovar no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do início da prestação dos serviços, o cumprimento desta obrigação.

20. Prestar o serviço no tempo, lugar e forma estabelecidos no contrato.

21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

22. A CONTRATADA deverá fornecer durante a atuação de sua equipe, sem ônus para a CONTRATANTE, todos os equipamentos, ferramentas, EPI's (equipamentos de proteção individual), materiais de consumo, componentes, produtos, aparelhos de medições e testes indispensáveis à execução dos serviços solicitados, sejam eles definitivos ou temporários, assumindo toda a responsabilidade pelo transporte, carga, descarga, armazenagem e guarda dos mesmos.

23. A CONTRATADA deverá fornecer, sempre que solicitado pelo fiscal do contrato, amostras de todos os materiais empregados.

24. A CONTRATADA deverá fornecer, sempre que solicitado pelo fiscal do contrato, amostras de todos os materiais a serem empregados nos serviços antes de sua execução. Todas as providências e custos advindos do uso ou aplicação de materiais não submetidos à aprovação pelo fiscal do contrato, e que porventura venham a ser rejeitados, serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.

25. São de responsabilidade da CONTRATADA as seguintes obrigações:

*Handwritten signature*





ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

25.1 Todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor. É dever da CONTRATADA saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;

25.2. Todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução do contrato, ainda que acontecido em dependência da CONTRATANTE;

25.3. Todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução do contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

25.4. Encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação;

26. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos supracitados, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração da CONTRATANTE, nem pode onerar o objeto do contrato.

27. A CONTRATADA deverá, ainda, observar as prescrições das Resoluções n.º 176/2000 e 09/2003 da ANVISA (ou outras que as substituírem), sobre os padrões referenciais de qualidade do ar.

28. A substituição de peças/equipamentos especificados durante a execução dos serviços deverá ser comunicada antecipadamente à FISCALIZAÇÃO para sua avaliação, mesmo estando esses equipamentos em conformidade com a especificação.

29. A CONTRATADA deverá fornecer, sempre que solicitado pelo fiscal do contrato, amostras de todos os materiais a serem empregados nos serviços antes de sua execução. Todas as providências e custos advindos do uso ou aplicação de materiais não submetidos à aprovação pelo fiscal do contrato, e que porventura venham a ser rejeitados, serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.

30. A CONTRATADA deverá entregar ao fiscal do contrato, para que seja realizada avaliação, todas as peças, componentes e materiais porventura substituídos. O descarte de materiais será de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

1. Os serviços serão prestados nas dependências dos prédios segundo os endereços descritos no Anexo I deste contrato, nos equipamentos elencados no Anexo II, também, do presente instrumento.

2. A execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças, em ares-condicionados tipo ACJ e SPLIT nas Promotorias de Justiça do interior do Estado, deverá ser realizada no prazo estabelecido pela Contratante, após o recebimento da ordem de serviços pela Contratada, em dias de expediente normal, com agendamento prévio junto a Unidade Gestora do Contrato.

3. Se, a qualquer tempo, durante os serviços, ocorrerem eventos que impeçam a execução do contrato dentro dos prazos fixados, a CONTRATADA deverá notificar previamente a CONTRATANTE, por escrito, do motivo da demora, sua provável duração e sua causa. Logo após o recebimento do aviso da CONTRATADA, a CONTRATANTE deverá avaliar a situação e poderá, a seu critério, prorrogar ou não o prazo estabelecido.

3.1 Ressalvado o disposto no parágrafo anterior, se a CONTRATADA descumprir qualquer prazo contratual, a CONTRATANTE poderá, sem prejuízo de outras medidas previstas no contrato, ou na Lei nº 8.666/93, com alterações posteriores, deduzir do preço contratual, a título de multa, o valor equivalente a 0,06% (seis centésimos por cento) sobre o valor da parcela da obrigação não cumprida, por dia de atraso, até o seu adimplemento, respeitado o limite de 2% (dois por cento), quando a CONTRATANTE deverá rescindir o contrato, aplicando à CONTRATADA a penalidade de suspensão temporária de licitar e impedimentos de contratar com a Procuradoria-Geral de

Cu





ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Justiça.

4. À CONTRATANTE designará servidores, em observância ao disposto no Art. 73 da Lei n.º 8.666/93, para fins de recebimento provisório e definitivo, os quais serão lavrados em termos circunstanciados e assinados por ambas as partes;

**CLÁUSULA OITAVA – DOS ENCARGOS DA CONTRATADA**

1. Deverá declarar que possui todos os equipamentos e ferramentas necessárias a manutenção dos equipamentos descritos neste Contrato, no Edital e anexos.

2. Executar os serviços de acordo com as normas da ABNT, INMETRO, Instruções e Resoluções dos órgãos do sistema CREA/CONFEA e demais espécies normativas aplicáveis aos serviços contratados.

3. Declarar que possui em seu quadro funcional, profissionais habilitados a realizar os serviços de manutenção dos equipamentos de ar-condicionado descritos neste Contrato, no Edital e anexos.

4. Obedecer às disposições da Resolução CONAMA n.º 340, de 25/09/2003, nos procedimentos de recolhimento, acondicionamento, armazenamento e transporte das Substâncias que Destroem a Camada de 5. Ozônio – SDOs abrangidas pelo Protocolo de Montreal (notadamente CFCs, Halons, CTC triclouroetano).

5. Elaborar relatório de execução da manutenção preventiva e corretiva, entregando cópia a CONTRATANTE, **onde deverá constar:**

5.1. Descrição sumária do(s) equipamento(s) revisado(s), constando marca(s) / modelo(s), n.º(s) de série e n.º (s) de tombamento patrimonial;

5.2. Data, hora de início e término dos serviços;

5.3. Condições inadequadas encontradas ou eminência de ocorrências que possam prejudicar o perfeito funcionamento dos equipamentos revisados.

6. A Contratada deverá verificar o estado de limpeza, remoção de sujidade por métodos físicos e manutenção do estado de integridade e eficiência de todos os componentes dos sistemas de climatização, para garantir a qualidade do ar de interiores e prevenção de riscos à saúde do pessoal ocupante de ambientes, sem prejuízo dos serviços especializados acima, bem como obriga-se a cumprir com as determinações estabelecidas na Portaria n.º 3.523, de 28/ago/98, do Ministério da Saúde, inclusive o seu anexo I (Plano de manutenção, operação e controle PMOC) ou outra que vier a substituí-la;

7. Colocar à disposição da CONTRATANTE, nas manutenções preventivas, pessoas habilitadas e que deverão estar aparelhadas de instrumentos de medição, ferramentas e equipamentos/materiais necessários à perfeita realização do serviço, observando as prescrições da Resolução n.º 09/2003 da ANVISA, sobre os padrões referenciais de qualidade do ar. Toda e qualquer manutenção preventiva a se realizar fora do horário normal de trabalho da CONTRATANTE, deverá ser programada e autorizada pela GESTOR/FISCAL do Contrato;

8. Refazer às suas custas, todos os serviços que apresentarem defeitos, erros, omissões ou quaisquer outras irregularidades constatadas pela FISCALIZAÇÃO, inclusive com reposição de peças danificadas durante a manutenção;

9. A Contratada, sempre que iniciar os trabalhos de manutenção corretiva deverá concluí-los no mesmo dia, mesmo que isto implique em ultrapassar o horário normal de trabalho da equipe, sem ônus a CONTRATANTE;

10. Comparecer, sempre que convocada, às reuniões solicitadas pela Procuradoria Geral de Justiça, assumindo todo o ônus do não comparecimento às mesmas. Para tanto, deverá manter no município de São Luís, um preposto, a ser contatado para pronto atendimento;

11. Fornecer previamente a Procuradoria-Geral de Justiça as fichas funcionais de todos os profissionais que venham a prestar serviços nas dependências, podendo a Procuradoria-Geral de





ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Justiça solicitar a qualquer tempo, a substituição de qualquer um deles, a bem do serviço ou por questões de segurança;

12. Quando a Contratada deixar de executar qualquer tarefa dentre as necessárias ao bom funcionamento do equipamento/sistema, seja por questões de mão de obra ou materiais, a Procuradoria-Geral de Justiça realizará o serviço, descontando todas as despesas no faturamento mensal da Contratada;

13. Atender ao chamado da Procuradoria-Geral de Justiça, no prazo máximo de 02 (duas) horas, para regularizar a normalidade de funcionamento, procedendo à manutenção corretiva, substituindo e/ou reparando, segundo critérios técnicos, componentes eletrônicos, elétricos, mecânicos e hidráulicos, necessários à recolocação do equipamento em condições normais de funcionamento.

14. Aceitar integralmente todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela CONTRATANTE;

15. Responder por quaisquer danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização e acompanhamento pela CONTRATANTE;

16. Agir como uma organização completa, fornecendo todo o material, equipamentos e tudo mais que for necessário à perfeita execução dos serviços objeto do contrato, responsabilizando-se por todas as despesas e encargos de qualquer natureza, necessárias à execução dos serviços a seu cargo;

17. Assumir inteira responsabilidade pela execução dos serviços, devendo os materiais e peças utilizados, receberem prévia aprovação da CONTRATANTE;

18. A aquisição e o fornecimento dos produtos, equipamentos e peças necessários à execução do objeto deste Contrato, será de responsabilidade da empresa CONTRATADA;

19. Responsabilizar-se pelo bom desempenho e comportamento de seu pessoal, podendo a CONTRATANTE exigir a imediata substituição de qualquer pessoa cuja atuação julgue inadequada, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

20. Responsabilizar-se pela guarda, manutenção e substituição dos materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços;

21. Manter o número de pessoas disponíveis para a execução dos serviços solicitados, independentemente de férias ou impedimentos de qualquer natureza, sem outros ônus para a CONTRATANTE, além daqueles estabelecidos neste na proposta aprovada e no contrato;

22. Obedecer às normas de Segurança e Medicina do Trabalho para esse tipo de atividade, ficando por sua conta o fornecimento, antes do início da execução dos serviços, dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI e/ou coletivo;

23. Responsabilizar-se pelo transporte de equipamentos e da equipe técnica durante a vigência do contrato;

24. Não transferir a terceiro, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, a execução da prestação do serviço, nem subcontratar o objeto a que está obrigada, sem prévia autorização por escrito da CONTRATANTE;

25. Assumir inteira e integral responsabilidade civil e administrativa pela execução dos serviços, correndo por sua conta o ônus dos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, de licenças concernentes ao contrato, de seguros contra acidentes do trabalho, bem como de indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possam advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à CONTRATANTE, aos usuários dos locais ou ainda a terceiros. Não será aceita, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades,





ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

sejam fabricantes, fornecedores, técnicos ou subempreiteiras etc;

26. Apresentar, no ato da entrega da(s) nota(s) fiscal(is) de serviço, Relatório Mensal do Serviço Prestado, assinado pelo responsável técnico da empresa, circunstanciando os serviços executados e as Certidões Negativas referentes ao recolhimento de tributos das fazendas federal, estadual e municipal.

27. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações ora assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório;

28. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos no trabalho noturno, perigoso e insalubre;

29. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

30. Manter sede, filial ou escritório em São Luís/MA com capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da Administração, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos funcionários.

30.1. A CONTRATADA deverá comprovar no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do início da prestação dos serviços, o cumprimento desta obrigação.

31. Prestar o serviço no tempo, lugar e forma estabelecidos neste contrato.

32. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto deste contrato, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

33. A CONTRATADA deverá fornecer durante a atuação de sua equipe, sem ônus para a CONTRATANTE, todos os equipamentos, ferramentas, EPI's (equipamentos de proteção individual), materiais de consumo, componentes, produtos, aparelhos de medições e testes indispensáveis à execução dos serviços solicitados, sejam eles definitivos ou temporários, assumindo toda a responsabilidade pelo transporte, carga, descarga, armazenagem e guarda dos mesmos.

34. A CONTRATADA deverá fornecer, sempre que solicitado pelo fiscal do contrato, amostras de todos os materiais a serem empregados nos serviços antes de sua execução. Todas as providências e custos advindos do uso ou aplicação de materiais não submetidos à aprovação pelo fiscal do contrato, e que porventura venham a ser rejeitados, serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.

35. São de responsabilidade da CONTRATADA as seguintes obrigações:

35.1. Todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor. É dever da CONTRATADA saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;

35.2. Todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução do contrato, ainda que acontecido em dependência da CONTRATANTE;

35.3. Todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução do contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

35.4. Encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação;

36. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos supracitados, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração da CONTRATANTE, nem pode onerar o objeto do contrato.

37. A CONTRATADA deverá, ainda, observar as prescrições das Resoluções RE n.º 176/2000 e





ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

09/2003 da ANVISA (ou outras que as substituírem), sobre os padrões referenciais de qualidade do ar.

38. A substituição de peças/equipamentos especificados durante a execução dos serviços deverá ser comunicada antecipadamente à FISCALIZAÇÃO para sua avaliação, mesmo estando esses equipamentos em conformidade com a especificação.

39. A CONTRATADA deverá entregar ao fiscal do contrato, para que seja realizada avaliação, todas as peças, componentes e materiais porventura substituídos. O descarte de materiais será de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

**CLÁUSULA NONA – DOS ENCARGOS DA CONTRATANTE**

1. Realizar entrevista com o pessoal selecionado pela CONTRATADA;
2. Fiscalizar o uso do fardamento e comunicar à CONTRATADA o uso indevido deste;
3. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratado;
4. Providenciar os pagamentos mensais à contratada, à vista das notas fiscais/faturas, devidamente atestadas pela Unidade Gestora.
5. A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados em desacordo com o presente Contrato, com o instrumento convocatório, com a proposta aprovada. Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto do contrato deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA.
6. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
7. Observar o cumprimento dos requisitos de qualificação profissional exigidos nas especificações técnicas e nas atribuições, solicitando à CONTRATADA as substituições e os treinamentos que se verificarem necessários.
8. Expedir ordem de serviço;
9. Notificar, por escrito, a CONTRATADA, a ocorrência de quaisquer imperfeições no curso da execução dos serviços fixando prazo para a sua correção;
10. Efetuar a devolução da garantia da execução contratual à CONTRATADA, conforme as disposições deste Contrato e do Edital.
11. Solicitar o reparo, a correção, a remoção, a substituição, a alteração e/ou refazimento dos serviços não aprovados pela FISCALIZAÇÃO;
12. Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas estabelecidas neste Contrato e no Edital e seus anexos.
13. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato por um ou mais representantes especialmente designados, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS GARANTIAS**

**1. De Execução Contratual:**

1.1. A CONTRATANTE exigirá da CONTRATADA, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis da data da assinatura do contrato**, prestação de garantia correspondente a **5% do valor anual estimado** do contrato, cabendo à mesma optar por uma das seguintes modalidades, nos moldes do artigo 56 da Lei Federal 8.666/93

- i) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
- ii) Seguro-garantia;
- iii) Fiança bancária.

1.2. Para a garantia do contrato, caso a CONTRATADA opte por apresentar títulos da dívida pública, os mesmos deverão ter valor de mercado compatível com o valor a ser garantido no





ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

contrato, preferencialmente em consonância com as espécies recomendadas pelo Governo Federal, como aquelas previstas no art. 2º, da Lei nº 10.179, de 06 de fevereiro de 2001.

1.3. Caso a CONTRATADA opte pela caução em dinheiro, deverá providenciar o depósito junto ao Banco do Brasil, nominal à Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão, para os fins específicos a que se destina, sendo o recibo de depósito o único meio hábil de comprovação desta exigência.

1.4. Em se tratando de Fiança Bancária, deverá constar do instrumento a expressa renúncia pelo fiador dos benefícios previstos nos artigos 827 e 835 do Código Civil Brasileiro.

1.5. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de **0,07% (sete centésimos por cento)** do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de **2% (dois por cento)**.

1.6. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger o período de vigência do contrato;

1.7. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

1.7.1 prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

1.7.2 prejuízos causados à Contratante ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

1.7.3 as multas moratórias e punitivas aplicadas pela Contratante à Contratada;

1.7.4 obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não honrada pela Contratada.

1.8. A CONTRATANTE fica autorizada a utilizar a garantia para corrigir quaisquer imperfeições na execução do objeto do contrato ou para reparar danos decorrentes da ação ou omissão da CONTRATADA, de seu preposto ou de quem em seu nome agir

1.8.1. A autorização contida neste subitem é extensiva aos casos de multas aplicadas depois de esgotado o prazo recursal.

1.9. A garantia prestada será restituída (e/ou liberada) após o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, conforme dispõe o §4º do art. 56 da Lei nº 8.666/93.

1.9.1. A garantia prestada será retida definitivamente, integralmente ou pelo saldo que apresentar, no caso de rescisão por culpa da CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

1.9.1.1. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a retenção dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, a título de garantia;

1.9.1.2. A retenção não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à CONTRATADA;

1.9.1.3 A CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir a retenção efetuada com base no item acima por quaisquer das modalidades de garantia, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

1.9.2. A garantia será restituída automaticamente, ou por solicitação, no prazo de até 3 (três) meses contados do final da vigência do contrato ou da rescisão, em razão de outras hipóteses de extinção contratual previstas em lei, somente após comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação.

1.9.2.1 Caso a CONTRATADA não efetive o cumprimento dessas obrigações até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual ou da rescisão, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pela CONTRATANTE.

1.9.2.2. A devolução da garantia ficará condicionada à comprovação pela CONTRATADA, da inexistência de débitos trabalhistas





ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

1.9.2.2.1. A devolução da garantia contratual pressupõe, por sua essência, a plena satisfação de todas as obrigações contratuais, e também envolve, por certo, a quitação dos encargos de índole trabalhista advindas da execução do contrato. Assim, mostra-se justo e coerente condicionar a devolução da garantia contratual face à prova de quitação de todas as verbas trabalhistas em relação aos empregados que atuaram na execução do objeto contratado.

1.10. Caso ocorra a prorrogação da vigência do contrato, observadas as disposições constantes nos arts. 57 e 65, da Lei nº 8.666/1993, a CONTRATADA deverá, a cada celebração de termo aditivo, providenciar a devida renovação da garantia prestada, tomando-se por base o valor atualizado do contrato.

1.11. Nas hipóteses em que a garantia for utilizada total ou parcialmente – como para corrigir quaisquer imperfeições na execução do objeto do contrato ou para reparar danos decorrentes da ação ou omissão da CONTRATADA, de seu preposto ou de quem em seu nome agir, ou ainda nos casos de multas aplicadas depois de esgotado o prazo recursal – a CONTRATADA deverá, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, recompor o valor total dessa garantia, sob pena de retenção do valor da garantia do próximo pagamento a ser realizado à contratada, salvo na hipótese de comprovada inviabilidade de cumprir tal prazo, mediante justificativa apresentada por escrito e aceita pelo Fiscal do Contrato.

1.12. Não será aceita a prestação de garantia que não cubra todos os riscos ou prejuízos eventualmente decorrentes da execução do contrato, tais como a responsabilidade por multas e obrigações trabalhistas, previdenciárias ou sociais.

1.12.1. A Contratante não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

1.12.1.1 caso fortuito ou força maior;

1.12.1.2 alteração, sem prévia anuência da seguradora, das obrigações contratuais;

1.12.1.3 descumprimento das obrigações pelo contratado decorrentes de atos ou fatos praticados pela Administração;

1.12.1.4 atos ilícitos dolosos praticados por servidores da Administração.

1.12.2. Cabe à própria Contratante apurar a isenção da responsabilidade prevista nas alíneas acima, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado pela Contratante.

1.12.3 Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não previstas neste item.

1.13 Será considerada **extinta a garantia**:

1.13.1 com a devolução da apólice, carta de fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

1.13.2 no da término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros.

1.13.3 A perda da garantia em favor do MPMA, por inadimplemento das obrigações contratuais, far-se-á de pleno direito, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial e sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato

1.14. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, contados da data em que for notificada.

## 2. Do Objeto:

2.1. O **prazo de garantia dos Serviços** será de 12 (doze) meses, contados do recebimento definitivo e o **dos materiais, peças, componente etc utilizados**, será o prazo de garantia dado





ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

pelo respectivo fabricante.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

1. A CONTRATADA será punida com o impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciado no SICAF e no cadastro de fornecedores da PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO, pelo prazo de **até 5 (cinco) anos**, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e demais cominações legais:

- a) apresentação de documentação falsa;
- b) ensejar o retardamento na execução do Contrato;
- c) falha na execução do Contrato;
- d) fraude na execução do Contrato;
- e) comportamento inidôneo;
- f) declaração falsa;
- g) fraude fiscal.

2. Para os fins da alínea "e", reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93.

3. Para as condutas descritas nas letras "a", "d", "e", "f" e "g" será aplicada multa de, no máximo 30%, do valor do Contrato.

4. Para os fins das letras "b" e "c", serão aplicadas multas nas seguintes condições:

4.1. **2,0% (dois por cento) do valor do Contrato** por dia de atraso no início da execução dos serviços, até o máximo de 14% o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

4.2. **2,0% (dois por cento) do valor do Contrato** por dia de paralisação da prestação dos serviços de forma injustificada, até o máximo de 20% (vinte por cento), o que configurará a inexecução parcial do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

4.3. **30% (trinta por cento) do valor do Contrato**, no caso de inexecução total do Contrato;

5. Será configurada a **inexecução parcial** do objeto quando houver paralisação da prestação dos serviços de forma injustificada por mais de 10 (dez) dias;

6. Será configurada **inexecução total** do objeto quando:

6.1. houver atraso injustificado, do início dos serviços, por mais de 7 (sete) dias corridos após a emissão da ordem de serviços;

6.2. todos os serviços executados não forem aceitos pela fiscalização por não atenderem às especificações do Instrumento Convocatório e Anexos, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação de serviços.

7. O valor da **multa** será ser descontado de pagamentos eventualmente devidos pela Administração;

7.1. Se o valor a ser pago à Contratada não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual;

7.2. Se os valores do pagamento e da garantia forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial;

7.3 Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, este deve ser complementado no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da comunicação oficial;

8. A aplicação da multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique outras sanções previstas na Lei n.º 8.666/93.7.2.

9. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo CONTRATADO à PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO, este será encaminhado para inscrição





ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

em dívida ativa.

10. A aplicação das penalidades será precedida do devido processo legal, garantida a oportunidade de **ampla defesa** e do **contraditório** à Contratada, na forma da lei.

11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

13. Cumulativamente à pena de multa, no caso de inexecução total ou parcial da avença, poderá ser aplicada a pena de impedimento de licitar e contratar com o Estado do Maranhão, pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO DO CONTRATO**

1. A fiscalização da execução das obrigações contratuais assumidas será realizada por servidores JOSÉ LINDSTRON PACHECO (Fiscal Administrativo), JOÃO HENRIQUE MENA BARRETO DE AZEVEDO (Fiscal Técnico) e JOSÉ RIBAMAR RODRIGUES FURTADO (Gestor de Contrato), que procederão com a aprovação antecipada dos serviços, bem como, dos materiais a serem fornecidos.

2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

2. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666/93;

2.1 A verificação da adequação da prestação dos serviços deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Contrato, no Edital e anexos, bem como na proposta vencedora.

3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/93.

4. Durante a vigência deste contrato, a CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela Administração da CONTRATANTE, para representá-la sempre que for necessário.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO PREPOSTO**

1. A CONTRATADA deverá manter preposto junto à Procuradoria-Geral de Justiça, aceito pela respectiva Fiscalização, durante o período de vigência deste contrato, para representá-la administrativamente, sempre que for necessário, o qual deverá ser indicado mediante Declaração, em que deverá constar o nome completo, nº do CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional.

2. O preposto deverá apresentar-se à respectiva unidade fiscalizadora, em até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, para firmar, juntamente aos servidores designados para esse fim, o Termo de Abertura do Livro de Ocorrências, destinado ao assentamento das principais ocorrências durante a execução do contrato, bem como para tratar dos demais assuntos pertinentes à implantação de postos e execução do contrato relativo à sua competência;

3. A CONTRATADA orientará o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho;

4. O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas às faturas dos serviços





ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

prestados.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO REAJUSTE**

1. Os preços dos serviços objeto deste contrato, desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado da data limite para apresentação da proposta, ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados utilizando-se a variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGPM, mantido pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, acumulado em 12 (doze) meses, com base na seguinte fórmula:

$$R = \frac{(I - I_0) \cdot P}{I_0}$$

a) para o primeiro reajuste:

R = reajuste procurado;

I = índice relativo ao mês do reajuste;

I<sub>0</sub> = índice relativo ao mês da data limite para apresentação da proposta;

P = preço atual dos serviços;

b) para os reajustes subsequentes:

R = reajuste procurado;

I = índice relativo ao mês do novo reajuste;

I<sub>0</sub> = índice relativo ao mês do início dos efeitos financeiros do último reajuste efetuado;

P = preço dos serviços/produtos atualizados até o último reajuste efetuado.

2. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.

3. Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

Este Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, com a apresentação das devidas justificativas.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

1. A inexecução, total ou parcial, do contrato poderá ensejar a rescisão, com as consequências contratuais previstas na Lei nº 8.666/93.

2. A rescisão deste contrato se dará nos termos dos artigos 79 e 80 da Lei n.º 8.666/93.

3. No caso de rescisão provocada por inadimplemento da CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

4. No procedimento que visa à rescisão do contrato, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a CONTRATADA terá o prazo de **5 (cinco) dias úteis** para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de a CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

**5. A CONTRATADA reconhece todos os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666/93.**

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS COMUNICAÇÕES**

As comunicações recíprocas, somente serão consideradas quando efetuadas por escrito, por meio de correspondências ou documento de transmissão, mencionando-se o número e os assuntos relativos a este Contrato, devendo ser protocoladas.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA BASE LEGAL E DA VINCULAÇÃO**





ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

O presente Contrato fundamenta-se nas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93, no Decreto nº 5.450/05, na Portaria nº 1.901/05 – GPGJ e vincula-se ao **edital e anexos do Pregão Eletrônico nº 15/2016**, constante do **Processo Administrativo nº 690AD/2016**, e também à proposta da CONTRATADA.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS**

Fica estabelecido que, caso venha a ocorrer algum fato não previsto neste instrumento, estes deverão ser resolvidos entre as partes contratantes, respeitados o objeto deste instrumento, a legislação e demais normas reguladoras da matéria, em especial Lei nº 10.520/02 e Decreto Federal nº 5.450/05, e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93, bem como, a Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICAÇÃO**

O CONTRATANTE providenciará a publicação de forma resumida deste Contrato, na Imprensa Oficial, em obediência ao disposto no Parágrafo Único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DOS IMPOSTOS E TAXAS**

A CONTRATADA será totalmente responsável por todos os tributos, taxas, licenças e outros encargos devidos, até a entrega dos produtos na sede da Procuradoria-Geral de Justiça.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO FORO**

Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e contratadas as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presente.

São Luís (MA), 14 de setembro de 2016.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO

EMMANUEL JOSÉ PERES NETTO GUTERRES SOARES

Diretor-Geral

CONTRATADA

REPRESENTANTE LEGAL: ALEKSANDRO CANTANHEDE PIRES

CPF nº 647.814.613-87

TESTEMUNHAS:

CPF nº

CPF





ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

**ANEXO I**  
**ENDEREÇO DOS LOCAIS**

CIDADE	ENDEREÇO
AÇAILÂNDIA	Av. José Edílson Caridade, Resd. Tropical, s/n - Prox. Fórum
ALCÂNTARA	Praça Gomes de Castro, 10, Centro
ALTO PARNAÍBA	Av. Governador José Sarney, S/N, Santa Cruz
AMARANTE DO MARANHÃO	Rua Pref. José de Ribamar Alves Ribeiro, 327, centro
ANAJATUBA	Rua Nina Rodrigues, 491, Centro
ARAIÓSES	Rua 15 de Setembro s/n, Alto São Manoel
ARAME	Rua Barão de Grajaú, 257, Centro
ARARI	Rua Zuleide Bogéa, 159, Centro
BACABAL	Av. Barão do Rio Branco, 215, Centro
BACURI	Praça Bacuri s/n, centro
BALSAS	Rua José Coelho Noletto, 155, Potosi
BARÃO DE GRAJAÚ	Av. Mario Bezerra, 584 Centro
BARRA DO CORDA	Av. dos Bosques, s/n, Bairro do Incra
BARREIRINHAS	Rua Francisco Chagas, nº 201, Carnaubal
BEQUIMÃO	Rua Santos Dumont, s/n, centro
BOM JARDIM	Rua Nova Brasília, s/n, centro
BREJO	Av. Luís Domingues, 148, Centro
BURITI	Av. Governador Nunes Freire, s/n, Centro
BURITI BRAVO	Rua da Bandeira 700, centro
BURITICUPU	Rua Cibrazem, s/n, Centro
CÂNDIDO MENDES	Rua Agenor Costa, s/n, Rodagem
CANTANHEDE	Av. Rio Branco, nº 534 – Centro
CAROLINA	Rua 06, Quadra 07, N°14, Cohab
CARUTAPERA	Av. Deputado Manoel Ribeiro, s/n, Santa Luzia
CAXIAS	Rua Dr. Berredo, s/n, Centro
CEDRAL	Rua Gastão Tias Vieras s/n centro
CHAPADINHA	Av. Coronel Pedro Mata, 32, Centro
CODÓ	Rua Afonso Pena, 408, Centro
COELHO NETO	Rua Marechal Castelo Branco, 297-A – Centro





ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

COLINAS	Rua Ruy Barbosa, nº 255 – Centro
COROATÁ	Rua Nova nº 865 – Centro
CURURUPU	Rua Coronel Farias, 50, Centro
DOM PEDRO	Rua Valdemar Leal, s/n, Centro
ESPERANTINÓPOLIS	Rua Genésio Carvalho, 1241, Centro
ESTREITO	Av. Central, 972 – centro
GOV. EUGÊNIO BARROS	Rua 25 de agosto, s/n. Centro
GOV. NUNES FREIRE	Rua Cassino, nº 104, Vila Bahia
GRAJAÚ	Rua Antônio Francisco dos Reis, 05, Centro
GUIMARÃES	Praça dos sagrados corações, s/n, centro
HUMBERTO DE CAMPOS	Rua Irineu Santos, s/n, Centro
ICATU	Rua Duque de Caxias, s/n, Centro
IGARAPÉ GRANDE	Av.Carvalho, 116, Centro
IMPERATRIZ	Rua Barão do Rio Branco, 36, Centro
IMPERATRIZ ESMP	Rua Barão do Rio Branco, 28, Centro
ITAPECURU MIRIM	Praça Raul Lins, s/n, Centro
ITINGA	Av. Juscelino Kubitschek, nº 23 – Jardim Planalto
JOSELÂNDIA	Av.Duque de Caxias, 300 Centro
JOÃO LISBOA	Rua 15 de Novembro s/n, centro
LAGO DA PEDRA	Av.Vieira de Melo, 277 – Rodoviária
LORETO	Av. Coronel Manoel Santana s/n centro
MAGALHÃES DE ALMEIDA	Rua Dionilio Costa, 200 - Centro
MARACAÇUMÉ	Rua Pastor José Patrocínio, S/N - Centro
MATINHA	Rua Dr. Afonso Matos, s/n, Centro
MATÕES	Rua Nova, 897, centro
MIRADOR	Rua Alto Alegre, 100 - centro
MIRINZAL	Rua Urbano Santos, s/n, Centro
MONÇÃO	Rua da Baronesa, 550, Centro
MONTES ALTOS	Rua Passondas de Carvalho, 01 – centro
MORROS	Rua do Passeio, s/nº – Centro
OLINDA NOVA DO MA	Rua do Engenho, 117 - Centro
OLHOS D'AGUA DAS CUNHÃS	Pça. Tertuliano Albino Lopes , 130 Centro
PARAIBANO	Av. João Paraibano, 95, Centro
PARNARAMA	Av. Carolina, 165, Centro
PASSAGEM FRANCA	Rua São Pedro, s/n, Centro





ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PASTOS BONS	Rua Joaquim Távora, 111, Centro
PAULO RAMOS	Rua 7 de Setembro, 242, centro
PEDREIRAS	Rua das Laranjeiras, 2005, Goiabal
PENALVA	Rua Dr. Djalma Marques, 262, Centro
PINDARÉ MIRIM	Rua Santa Teresinha, s/n, Centro
PINHEIRO	Rua Odilon Soares, 1208, Centro
PIO XII	Rua JK, s/n, Centro
POÇÃO DE PEDRAS	Av. Presidente Kennedy s/n, Centro
PORTO FRANCO	Rua Joaquim Pereira, s/n, Centro
PRESIDENTE DUTRA	Rua 01, s/n, Vila Militar
RIACHÃO	Rua Coelho Parede, nº 681, Centro
ROSÁRIO	Rua Antônio Proença, n 3563, Centro
ROSÁRIO	Rua Urbano Santos, 2947, centro
SANTA HELENA	Praça da Bandeira s/n – centro
SANTA INÊS	Rua Wady Haddad – 125, Centro
SANTA LUZIA DO PARUÁ	Rua Getúlio Vargas, nº 77, Centro
SANTA LUZIA	Rua 26 de Março, 155, Centro
SANTA QUITÉRIA	Rua José Bonifácio, s/nº – Bairro Novo
SANTA RITA	Trav. Ferdinan s/n Centro
SANTO ANTÔNIO DOS LOPES	Av. Presidente Vargas, 44 – Centro
SÃO BENTO	Rua Francisco Xavier, S/N, Multirão
SÃO BERNARDO	Travessa Cleres de Andrade Costa, Nº 078, Centro
SÃO DOMINGOS	Rua 1º de Maio, s/n, Centro
SÃO DOMINGOS DO AZEITÃO	BR 230, Casa da Justiça, Centro
SÃO FCO DO MARANHÃO	Rua Barão do Rio Branco nº 1100, Centro
SÃO JOÃO BATISTA	Rua Francisco Américo 86, centro
SÃO JOÃO DOS PATOS	Rua Hermes da Fonseca, 349, São Raimundo
SÃO LUÍS GONZAGA	Trav. Teotônio Santos, s/n, Campo
SÃO MATEUS	Rua Benu Lago, s/n, Centro – Praça da Matriz
SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA	Rua Marechal Castelo Branco 965 Centro
SÃO RAIMUNDO MANGABEIRAS	Rua Bom Jardim, 97 – Centro
SÃO VICENTE FERRER	Rua Getúlio Vargas, s/n, Centro
SENADOR LA ROCQUE	Av. Mota e Silva nº 163, Centro
SUCUPIRA DO NORTE	Rua Adonias Lucas de Lacerda, 1030, Centro
TASSO FRAGOSO	Av. Santos Dumont, s/n, Centro





ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

TIMBIRAS	Trav. Mundoca Alvim 02 anjo da guarda
TIMON	Av. Paulo Ramos, 337, Centro
TUNTUM	Rua Desembargador Jorge Rachid s/n, Mubarak Malluf, centro
TURIAÇU	Av. Santos Dumont, s/n, bairro Canario
TUTÓIA	Av. Paulino Neves, 1092, Centro
URBANOS SANTOS	Rua da Graça, 10, Centro
VARGEM GRANDE	Rua Horácio Gonçalves, s/n, Rosalina
VIANA	Av. Luis de Almeida Couto s/n Barreirinhas
VITÓRIA DO MEARIM	Rua Santa Teresinha, s/n, Centro
VITORINO FREIRE	Rua Santo Antônio, 78, Centro
ZÉ DOCA	Av. Cel. Stanley Fortes Batista, 2596, Centro





ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

**ANEXO II**  
**LOCAIS E EQUIPAMENTOS**

PROMOTORIA	QUANT	CAPACIDADE (BTUS)	TIPO	QTDE TOTAL(BTUS)
AÇAILÂNDIA	11	12.000	SPLIT	132.000
	6	24.000	SPLIT	144.000
	1	36.000	SPLIT	36.000
ALCÂNTARA	1	7.500	ACJ	7.500
ALTO PARNAÍBA	1	10.000	ACJ	10.000
	1	18.000	ACJ	18.000
	4	12.000	SPLIT	48.000
	1	24.000	ACJ	24.000
- AMARANTE	2	7.500	ACJ	15.000
	2	12.000	SPLIT	24.000
ANAJATUBA	2	10.500	ACJ	21.000
	2	10.000	ACJ	20.000
	1	12.000	SPLIT	12.000
	1	18.000	SPLIT	18.000
	2	7.500	ACJ	15.000
ARAIOSSES	2	9.000	SPLIT	18.000
	1	10.500	ACJ	10.500
	1	12.000	SPLIT	12.000
	1	7.500	ACJ	7.500
ARAME	2	18.000	SPLIT	36.000
	1	7.500	ACJ	7.500
ARARI	1	10.500	ACJ	10.500
	1	18.000	ACJ	18.000
	2	18.000	SPLIT	36.000
	1	12.000	SPLIT	12.000
	1	12.000	SPLIT	12.000





ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

BACABAL	1	10.300	ACJ	10.300
	2	10.000	ACJ	20.000
	6	12.000	ACJ	72.000
	2	24.000	SPLIT	48.000
	6	18.000	ACJ	108.000
	2	18.000	SPLIT	36.000
BACURI	1	7.500	ACJ	7.500
	1	7.000	ACJ	7.000
	1	12.000	SPLIT	12.000
BALSAS	8	12.000	ACJ	96.000
	3	18.000	SPLIT	54.000
BARÃO DE GRAJAÚ	1	12.000	ACJ	12.000
	1	7.500	ACJ	7.500
	1	12.000	SPLIT	12.000
	1	18.000	SPLIT	18.000
BARRA DO CORDA	1	10.000	ACJ	10.000
	2	12.000	SPLIT	24.000
	3	9.000	SPLIT	27.000
	1	18.000	SPLIT	18.000
BARREIRINHAS	2	7.500	ACJ	15.000
	1	10.000	ACJ	10.000
	1	12.000	SPLIT	12.000
BEQUIMÃO	3	7.500	ACJ	22.500
	1	12.000	ACJ	12.000
BOM JARDIM	1	48.000	SPLIT	48.000
	4	12.000	SPLIT	48.000
BREJO	2	7.500	ACJ	15.000
	1	10.000	ACJ	10.000
	1	18.000	SPLIT	18.000
	2	24.000	SPLIT	48.000





ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

BURITI	2	7.500	ACJ	15.000
	2	12.000	SPLIT	24.000
	1	18.000	SPLIT	18.000
BURITI BRAVO	1	7.500	ACJ	7.500
	1	12.000	ACJ	12.000
	1	10.000	ACJ	10.000
BURITICUPU	4	7.500	ACJ	30.000
	1	10.000	ACJ	10.000
	1	12.000	ACJ	12.000
	2	12.000	SPLIT	24.000
	1	18.000	SPLIT	18.000
CANDIDO MENDES	1	7.500	ACJ	7.500
	1	12.000	ACJ	12.000
	2	12.000	SPLIT	24.000
CANTANHEDE	3	18.000	SPLIT	54.000
	2	12.000	SPLIT	24.000
	1	24.000	SPLIT	24.000
CAROLINA	2	12.000	SPLIT	24.000
	2	9.000	SPLIT	18.000
CARUTAPERA	1	10.000	ACJ	10.000
	2	12.000	ACJ	24.000
	2	12.000	SPLIT	24.000
	1	24.000	SPLIT	24.000
CAXIAS	3	10.000	ACJ	30.000
	8	12.000	ACJ	96.000
	2	9.000	SPLIT	18.000
	4	12.000	SPLIT	48.000
	1	24.000	ACJ	24.000
	1	36.000	SPLIT	36.000
	1	24.000	SPLIT	24.000





ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

CEDRAL	1	24.000	SPLIT	24.000
	2	9.000	SPLIT	18.000
	1	12.000	ACJ	12.000
CHAPADINHA	1	10.000	ACJ	10.000
	2	10.500	ACJ	21.000
	4	12.000	ACJ	48.000
	1	18.000	ACJ	18.000
	1	48.000	ACJ	48.000
	2	12.000	SPLIT	24.000
	1	7.000	SPLIT	7.000
CODÓ	1	10.000	ACJ	10.000
	2	12.000	ACJ	24.000
	1	18.000	SPLIT	18.000
	3	12.000	SPLIT	36.000
	1	24.000	SPLIT	24.000
	2	9.000	SPLIT	18.000
COELHO NETO	2	10.000	ACJ	20.000
	1	9.000	ACJ	9.000
	1	18.000	SPLIT	18.000
	1	9.000	SPLIT	9.000
	1	7.500	SPLIT	7.500
COLINAS	1	10.000	ACJ	10.000
	2	9.000	SPLIT	18.000
	1	18.000	SPLIT	18.000
	6	12.000	SPLIT	72.000
	1	24.000	SPLIT	24.000
COROATÁ	1	21.000	ACJ	21.000
	1	10.000	ACJ	10.000
	2	12.000	SPLIT	24.000
	1	9.000	SPLIT	9.000





ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

	1	18.000	SPLIT	18.000
<b>CURURUPU</b>	2	10.000	ACJ	20.000
	1	12.000	ACJ	12.000
	1	12.000	SPLIT	12.000
<b>DOM PEDRO</b>	2	18.000	SPLIT	36.000
	3	12.000	SPLIT	36.000
<b>ESPERANTINOPOLIS</b>	1	10.000	ACJ	10.000
	1	18.000	SPLIT	18.000
<b>ESTREITO</b>	1	7.500	ACJ	7.500
	3	10.000	ACJ	30.000
	2	12.000	SPLIT	24.000
	2	9.000	SPLIT	18.000
<b>GOV. EUGENIO BARROS</b>	6	12.000	SPLIT	72.000
	1	24.000	SPLIT	24.000
	1	18.000	SPLIT	18.000
	1	9.000	SPLIT	9.000
<b>GOV. NUNES FREIRE</b>	3	10.000	ACJ	30.000
	1	7.500	ACJ	7.500
	1	12.000	SPLIT	12.000
	3	9.000	SPLIT	27.000
<b>GRAJAÚ</b>	1	36.000	SPLIT	36.000
	1	18.000	SPLIT	18.000
	1	9.000	SPLIT	9.000
	3	12.000	SPLIT	36.000
<b>GUIMARÃES</b>	2	7.500	ACJ	15.000
	1	24.000	SPLIT	24.000
	1	48.000	SPLIT	48.000
	1	9.000	SPLIT	9.000
	1	18.000	SPLIT	18.000
	1	12.000	SPLIT	12.000





ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

HUMBERTO DE CAMPOS	2	9.000	SPLIT	18.000
	1	24.000	SPLIT	24.000
	1	10.000	ACJ	10.000
ICATU	1	10.000	ACJ	10.000
	2	18.000	ACJ	36.000
	3	12.000	SPLIT	36.000
IGARAPÉ GRANDE	3	7.500	ACJ	22.500
	1	9.000	SPLIT	9.000
	3	12.000	SPLIT	36.000
IMPERATRIZ	14	10.000	ACJ	140.000
	4	7.500	ACJ	30.000
	1	10.500	ACJ	10.500
	21	9.000	SPLIT	189.000
	4	12.000	SPLIT	48.000
	1	18.000	SPLIT	18.000
	1	48.000	SPLIT	48.000
ITAPECURU MIRIM	3	10.000	ACJ	30.000
	1	7.500	ACJ	7.500
	1	12.000	ACJ	12.000
	4	12.000	SPLIT	48.000
ITINGA	1	9.000	SPLIT	9.000
	1	12.000	SPLIT	12.000
	1	24.000	SPLIT	24.000
JOÃO LISBOA	1	10.000	ACJ	10.000
	2	9.000	SPLIT	18.000
	2	18.000	SPLIT	36.000
JOSELÂNDIA	1	9.000	SPLIT	9.000
LAGO DA PEDRA	2	10.000	ACJ	20.000
	3	7.500	ACJ	22.500
	2	12.000	SPLIT	24.000





ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

LORETO	2	10.000	ACJ	20.000
	1	9.000	SPLIT	9.000
	1	12.000	SPLIT	12.000
MARACAÇUME	2	9.000	SPLIT	18.000
	1	24.000	SPLIT	24.000
	4	12.000	SPLIT	48.000
MAGALHÃES DE ALMEIDA	1	9.000	SPLIT	9.000
	3	12.000	SPLIT	36.000
MATINHA	4	12.000	SPLIT	48.000
	1	24.000	SPLIT	24.000
MATÕES	2	10.000	ACJ	20.000
	1	12.000	ACJ	12.000
	1	12.000	SPLIT	12.000
MIRADOR	2	10.500	ACJ	21.000
	1	12.000	ACJ	12.000
	3	12.000	SPLIT	36.000
	1	9.000	ACJ	9.000
MIRINZAL	2	7.500	ACJ	15.000
	1	18.000	SPLIT	18.000
	1	9.000	SPLIT	9.000
MONÇÃO	1	18.000	ACJ	18.000
	1	7.500	ACJ	7.500
	1	18.000	SPLIT	18.000
	3	12.000	SPLIT	36.000
MONTES ALTOS	1	9.000	SPLIT	9.000
	2	12.000	SPLIT	24.000
	1	18.000	SPLIT	18.000
	1	48.000	SPLIT	48.000
MORROS	3	12.000	SPLIT	36.000
OLHO D'AGUA DAS CUNHÃS	3	10.000	ACJ	30.000

*Handwritten signature*





ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

	1	12.000	ACJ	12.000
	1	12.000	SPLIT	12.000
	1	18.000	SPLIT	18.000
	1	24.000	ACJ	24.000
<b>OLINDA NOVA DO MARANHÃO</b>	1	12.000	SPLIT	12.000
<b>PARAIBANO</b>	3	12.000	ACJ	36.000
	1	36.000	SPLIT	36.000
	1	9.000	SPLIT	9.000
<b>PARNARAMA</b>	1	7.500	ACJ	7.500
	1	10.000	ACJ	10.000
	1	9.000	SPLIT	9.000
<b>PASSAGEM FRANCA</b>	1	12.000	ACJ	12.000
	1	9.000	SPLIT	9.000
	1	18.000	SPLIT	18.000
<b>PASTOS BONS</b>	1	7.500	ACJ	7.500
	2	12.000	ACJ	24.000
	1	9.000	SPLIT	9.000
<b>PAULO RAMOS</b>	2	10.000	ACJ	20.000
	1	18.000	SPLIT	18.000
<b>PEDREIRAS</b>	1	10.000	ACJ	10.000
	1	12.000	ACJ	12.000
	6	12.000	SPLIT	72.000
	1	48.000	SPLIT	48.000
<b>PENALVA</b>	1	10.000	ACJ	10.000
	1	21.000	ACJ	21.000
	1	12.000	ACJ	12.000
	1	12.000	SPLIT	12.000
	1	18.000	SPLIT	18.000
<b>PINDARÉ MIRIM</b>	1	10.000	ACJ	10.000
	1	24.000	SPLIT	24.000





ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

	1	12.000	SPLIT	12.000
	1	18.000	SPLIT	18.000
	4	9.000	SPLIT	36.000
<b>PINHEIRO</b>	1	36.000	SPLIT	36.000
	5	12.000	SPLIT	60.000
	1	9.000	SPLIT	9.000
<b>PIO XII</b>	2	12.000	SPLIT	24.000
	1	18.000	SPLIT	18.000
	2	9.000	SPLIT	18.000
	1	24.000	SPLIT	24.000
<b>POÇÃO DE PEDRAS</b>	2	10.000	ACJ	20.000
	1	7.500	ACJ	7.500
	1	18.000	SPLIT	18.000
<b>PORTO FRANCO</b>	1	10.000	ACJ	10.000
	1	18.000	ACJ	18.000
	1	24.000	SPLIT	24.000
	3	12.000	SPLIT	36.000
<b>PRESIDENTE DUTRA</b>	1	10.500	ACJ	10.500
	1	15.000	ACJ	15.000
	3	12.000	SPLIT	36.000
	1	36.000	SPLIT	36.000
	2	18.000	SPLIT	36.000
<b>RIACHÃO</b>	1	7.500	ACJ	7.500
	1	10.000	ACJ	10.000
	3	9.000	SPLIT	27.000
<b>SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA</b>	1	9.000	SPLIT	9.000
	1	12.000	SPLIT	12.000
	1	18.000	SPLIT	18.000
<b>ROSÁRIO</b>	1	18.000	SPLIT	18.000
	3	12.000	SPLIT	36.000





ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

SANTA HELENA	1	12.000	ACJ	12.000
	1	7.000	ACJ	7.000
	1	24.000	SPLIT	24.000
	1	18.000	SPLIT	18.000
SANTA INÊS	9	12.000	ACJ	108.000
	10	12.000	SPLIT	120.000
	1	9.000	SPLIT	9.000
	5	18.000	SPLIT	90.000
	1	24.000	SPLIT	24.000
SANTA LUZIA DO PARUÁ	1	7.000	ACJ	7.000
	1	7.500	ACJ	7.500
	1	21.000	ACJ	21.000
	1	12.000	SPLIT	12.000
	2	18.000	SPLIT	36.000
SANTA LUZIA	1	10.000	ACJ	10.000
	1	18.000	ACJ	18.000
	4	12.000	SPLIT	48.000
	1	9.000	SPLIT	9.000
SANTA QUITERIA DO MARANHÃO	1	7.500	ACJ	7.500
	1	12.000	ACJ	12.000
	1	18.000	ACJ	18.000
	1	36.000	SPLIT	36.000
SANTA RITA	1	10.000	ACJ	10.000
	2	7.500	ACJ	15.000
	1	12.000	SPLIT	12.000
SANTO ANTONIO DOS LOPES	1	18.000	SPLIT	18.000
	2	12.000	SPLIT	24.000
SÃO BENTO	1	18.000	SPLIT	18.000
	4	12.000	SPLIT	48.000





ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

SÃO BERNARDO	1	10.500	ACJ	10.500
	1	21.000	ACJ	21.000
	1	24.000	SPLIT	24.000
	1	7.500	ACJ	7.500
	2	12.000	SPLIT	24.000
SÃO DOMINGOS DO AZEITÃO	1	9.000	SPLIT	9.000
	1	12.000	SPLIT	12.000
SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO	2	12.000	SPLIT	24.000
SÃO FRANCISCO DO MARANHÃO	1	12.000	ACJ	12.000
SÃO JOÃO BATISTA	1	10.000	ACJ	10.000
	1	12.000	ACJ	12.000
SÃO JOÃO DOS PATOS	1	10.500	ACJ	10.500
	1	7.500	ACJ	7.500
	1	12.000	SPLIT	12.000
	1	9.000	SPLIT	9.000
SÃO LUIS GONZAGA	1	7.500	ACJ	7.500
	2	10.000	ACJ	20.000
	2	18.000	SPLIT	36.000
SÃO MATEUS DO MARANHÃO	4	12.000	SPLIT	48.000
	1	36.000	SPLIT	36.000
SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS	2	10.000	ACJ	20.000
SÃO VICENTE FERRER	2	9.000	SPLIT	18.000
	1	12.000	ACJ	12.000
SENADOR LA ROQUE	2	10.000	ACJ	20.000
	1	48.000	SPLIT	48.000
SUCUPIRA DO NORTE	2	12.000	SPLIT	24.000
	1	9.000	SPLIT	9.000
TASSO FRAGOSO	1	9.000	SPLIT	9.000
TIMBIRAS	1	10.000	ACJ	10.000

*Cla*





ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

	1	18.000	SPLIT	18.000
	3	9.000	SPLIT	27.000
<b>TIMON</b>	7	12.000	SPLIT	84.000
	4	9.000	SPLIT	36.000
	2	18.000	SPLIT	36.000
	1	24.000	SPLIT	24.000
	2	36.000	SPLIT	72.000
<b>TUNTUM</b>	1	18.000	SPLIT	18.000
	1	12.000	SPLIT	12.000
	2	9.000	SPLIT	18.000
<b>TURIAÇU</b>	3	10.000	ACJ	30.000
	2	9.000	SPLIT	18.000
	1	12.000	SPLIT	12.000
	1	18.000	ACJ	18.000
<b>TUTÓIA</b>	1	7.500	ACJ	7.500
	1	12.000	ACJ	12.000
<b>URBANO SANTOS</b>	1	10.000	ACJ	10.000
	1	12.000	ACJ	12.000
	1	7.000	ACJ	7.000
	2	9.000	SPLIT	18.000
	1	12.000	SPLIT	12.000
<b>VARGEM GRANDE</b>	1	36.000	SPLIT	36.000
	4	12.000	ACJ	48.000
<b>VIANA</b>	4	12.000	SPLIT	48.000
	1	12.000	ACJ	12.000
	1	9.000	SPLIT	9.000
	2	10.000	ACJ	20.000
	1	7.500	ACJ	7.500
<b>VITÓRIA DO MEARIM</b>	3	10.000	ACJ	30.000
	1	18.000	SPLIT	18.000





ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

	2	12.000	SPLIT	24.000
VITORINO FREIRE	2	10.000	ACJ	20.000
	1	18.000	ACJ	18.000
	1	7.500	ACJ	7.500
	1	18.000	SPLIT	18.000
	1	24.000	SPLIT	24.000
ZÉ DOCA	2	18.000	ACJ	36.000
	1	12.000	ACJ	12.000
	1	10.000	ACJ	10.000
	1	18.000	SPLIT	18.000
	2	12.000	SPLIT	24.000
TOTAL DE MÁQUINA	678			8.746.800
CAPACIDADE EM TR				678